

Aspectos legais da atividade de turismo de aventura

O código civil (Lei nº 10.406/02): é uma lei de 2002, ou seja, bastante atual, que regula os direitos e obrigações de ordem privada no que diz respeito às pessoas, aos bens e às relações civis, empresariais, patrimoniais, dentre outras questões. O próprio Direito de Empresa, tão importante para os empresários, atualmente se encontra inserido no Código Civil. É a lei que você encontrará os tipos societários vigentes quando for abrir a sua empresa, que poderá ser uma sociedade Limitada ou uma Sociedade Anônima, por exemplo. O código de defesa do consumidor (lei 8.087/90): estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, cujo objetivo é o atendimento de suas necessidades, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, e a transparência e harmonia das relações de consumo. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei nº. 5.452/43): unificou toda a legislação trabalhista brasileira com o objetivo de regulamentar as relações de trabalho, sendo elas individuais ou coletivas.

Lei Municipal 1874/2003: Dispõe sobre o Licenciamento Turístico Ambiental das atividades e empreendimentos turísticos no município de Brotas, e dá outras providências. A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98): dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades que agredem e destroem o meio ambiente. É importante que os empresários do segmento de turismo de Aventura conheçam essa Lei, pois é ela que qualifica crime ambiental e estipula as penalidades em caso de danos ao meio ambiente. O Decreto nº. 3.179/99: regulamentou a Lei de Crimes Ambientais, especifica outras penalidades não contempladas por ela, sem prejuízo das já previstas, para aqueles que causem danos ao meio ambiente. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81): é a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar os danos ambientais que causar, independentemente da apuração da culpa, dentre várias outras estipulações.



A Lei nº. 9.985/00: Instituiu o sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação ambiental.

Quanto as Leis mais específicas do Turismo, é interessante destacar as seguintes:

Decreto nº. 84.934/80: Trata das atividades e serviços das Agências de Turismo, regulamentado seu registro e funcionamento.

Lei nº. 8.623/93: Regulamentada pelo Decreto 946/93, instituiu a profissão de guia de turismo.

Decreto nº. 5.406/05: Regulamentou o cadastro obrigatório no ministério do Turismo para fins de fiscalização das sociedades empresárias, das sociedades simples, e dos empresários individuais que prestam serviços turísticos remunerados.

Portaria 57 do Ministério do Turismo, de 25 de maio de 2005: Dispôs sobre procedimento e requisitos necessários para o cadastramento no Ministério do Turismo dos prestadores de serviços turísticos remunerados de que trata o Decreto acima.

Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997: Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Lei Municipal 1896/2003 : Dispõe sobre a regulamentação e funcionamento das agências de viagens e turismo, no município de Brotas e dá outras providências.

Lei Municipal 1889/2003: Dispõe sobre a regulamentação e funcionamento dos sítios turístico receptivos, no município de Brotas e dá outras providências.

Lei Municipal 1882/2003: Dispõe sobre a regulamentação da prática das atividades turísticas aquáticas no município de Brotas, e dá outras providências.

Lei Municipal 1928/2003: Dispõe sobre a regulamentação da prática da atividade de Rafting no município de Brotas, e dá outras providências.

Lei Municipal 1929/2003: Dispõe sobre a regulamentação da prática da atividade de Canyoning e Cascading no município de Brotas, e dá outras providências.

Lei Municipal 1927/2003: Dispõe sobre a regulamentação da atividade de instrutores e monitores ambientais no município de Brotas, e dá outras providências.

Procedimento para verificação e atualizações dos requisitos legais pertinentes: Anualmente o colaborador responsável pelo Sistema de Gestão de Segurança da Agência, deverá realizar a verificação sobre as atualizações das Leis acima descritas e a inclusão de novas Leis que vierem a ser promulgadas. As informações para atualização poderão ser pesquisadas através a Internet ou pessoalmente na Câmara Municipal de Brotas.